

## EDUCAR CORPOS FEMININOS COMO CORPOS GRÁVIDOS – UM OLHAR DE GÊNERO SOBRE A PAIS & FILHOS

**Maria Simone Vione Schwengber**  
**Dagmar E. Estermann Meyer**

*Resumo: O artigo é parte de uma pesquisa em que, apoiadas nos campos dos Estudos de Gênero e dos Estudos Culturais que se aproximam das teorizações pós-estruturalistas de Michel Foucault, problematizamos alguns dos modos pelos quais diferentes discursos, da medicina à educação física, investem sobre o corpo feminino para educá-lo como corpo grávido. Para isso, examinamos exemplares da revista Pais e Filhos, do período de 1968 a 2004, utilizando as estratégias metodológicas da análise de discurso. Das análises que resultaram, focalizamos aqui, um movimento que permite visualizar a emergência de uma lógica, segundo a qual a educação dos corpos grávidos se intensifica para produzir diferentes posições de sujeito: a de mãe cuidadosa (que cuida e se cuida) e carinhosa; a que abriga e protege; a nutriz e a responsável pela produção do filho perfeito. Argumentamos que esse processo educativo pode ser compreendido como uma dimensão importante de um processo contemporâneo mais amplo que temos definido como “politização do feminino e da maternidade”.*

*Palavras-chave: corpo; gênero; práticas corporais; maternidade; mídia.*

### Educar corpos como corpos grávidos – introduzindo a discussão

A sociedade moderna, para Foucault (1999), é demarcada pelo investimento educativo nos corpos. Para o autor, é possível visualizar, na cultura ocidental, a partir da modernidade, a passagem de um “estado territorial para um estado populacional” que esteve assentada no pressuposto de que a riqueza dos Estados-nação não é definida pela presença apenas dos recursos naturais de seus territórios, mas, princi-

---

*Niterói, v. 7, n. 2, p. 65-79, 1. sem. 2007 65*

palmente, pelo estado de saúde de suas populações (FOUCAULT, 1997). Emergem, aí, uma “nova administração dos corpos e uma nova administração calculista da vida”, num processo denominado de “estatização do biológico” (FOUCAULT, 1999, p. 135). Nesse processo articula-se o que o autor chamou de biopoder, numa dupla forma: uma “anátomo-política” do corpo do indivíduo e uma “biopolítica” da população. A primeira tem a ver com a disciplina do corpo individual, “ampliação das suas aptidões, extorsões de suas forças, crescimento de sua docilidade e utilidade na integração com sistemas eficazes e econômicos” (FOUCAULT, 1999, p. 131). A segunda está relacionada com as intervenções dos saberes sobre o corpo-espécie e a preocupação em “controlar e regular” a população, bem como com a “proliferação de dados estatísticos sobre os nascimentos, a mortalidade, o nível de saúde e da duração da vida”.

O autor caracteriza esse período como a época em que o “velho poder de deixar morrer” deixa a cena em favor de um “poder de fazer viver, devolver a vida” (FOUCAULT, 1999, p. 130), uma vez que esta seria a primeira vez em que tanto o corpo individual quanto o corpo coletivo – a população – ingressam no registro da política: a vida, o corpo e a saúde passam a entrar em um espaço de intervenções, de regulação e de controle. Nesse contexto, a vida e o corpo saudável adquirem um valor político e econômico, na medida em que os Estados percebem que estudos específicos sobre a vida corporal da população se apresentam como fontes propícias de intervenção, que passam a ser organizadas em “políticas de saúde” pelas quais as populações podem ser conhecidas, vigiadas e cuidadas (FOUCAULT, 1979, p. 196). A saúde das populações passa, pois, a ser vista como um elemento que definiria as potencialidades concretas de riqueza dos Estados-nação, de modo que os corpos assumem “uma significação diferente; não mais supliciados, mas (re)formados, cor-rigidados, aqueles que receberiam aptidões, um certo número de qualidades” (FOUCAULT, 1979, p. 119).

Assim, as condições de vida, a construção de novas funcionalidades dos espaços residenciais, o incentivo à higiene, à saúde e ao vigor dos corpos, o imperativo da importância da reprodução saudável da espécie, o “melhoramento” dos costumes e da moral dos corpos e a expansão das políticas de regulação da natalidade passam a ser objetos de regulação do Estado.

É evidente que esse pressuposto – o de que a riqueza dos Estados-nação se mede pela saúde dos corpos de seus habitantes – afetou, de alguma forma, a todos os corpos, mas o raciocínio desenvolvido pelo autor nos permite afirmar que ele atuou, de modo particular, sobre os corpos das mulheres, por sua relação com a capacidade de gestar e parir. Na mesma direção, o autor nos instigou, também, a pensar em desdobramentos atuais desses processos de gestão da vida sobre os corpos de mulheres-mães. Isso constituiu o foco de uma investigação<sup>1</sup> mais ampla

<sup>1</sup> SCHWENGBER, Maria Simone Vione. *Donas de Si?: a educação de corpos grávidos no contexto da Pais & Filhos*. Tese (Doutorado em Educação)–Faculdade de Educação, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2006. Desenvolvida sob a orientação da Profa. Dra. Dagmar Estermann Meyer, no âmbito da Linha de Pesquisa *Educação, Sexualidade e Relações de Gênero*.

que buscou, pois, problematizar alguns dos modos pelos quais diferentes discursos, da medicina à educação física, produzem e modificam o corpo feminino, inserindo-o em processos educativos que são compreendidos, por nós, como sendo uma dimensão importante de um movimento contemporâneo mais amplo, que temos definido como “politização do feminino e da maternidade” (MEYER, 2006).

Se as mulheres e seus corpos, a partir da modernidade, são revestidos de um novo simbolismo político, esses corpos não estão mais à disposição de interesses apenas particulares, como a transmissão do sangue e do nome da família, mas também de valores coletivos mais complexos, como o vigor de um povo e o “crescimento/riqueza de uma nação” (FOUCAULT, 1999, p. 130), e é nesse contexto que a reprodução torna-se passível de controle político. Nessa direção, muitas estratégias políticas destinadas ao controle da saúde dos corpos reprodutivos foram sendo implementadas com a finalidade de torná-los mais produtivos e menos ameaçadores à sociedade, já que eles seriam as “fontes” primeiras dessa saúde e desse vigor da população. Assim, ao longo dos séculos XIX e XX, multiplicaram-se discursos e representações sobre a gravidez, reforçando a idéia da centralidade da mulher no processo gestacional, como destaca Ana Paula Martins, para referir-se ao contexto brasileiro (2004). Essa autora enfatiza que tratados médicos e imagens anatômicas, assim como inúmeras publicações na literatura e na arte, foram produzidos, a partir do final do século XIX e no decorrer do século XX, naturalizando e ampliando a presença do tema da gravidez na cultura brasileira. O que conhecemos hoje como atendimento pré-natal, por exemplo, era um cuidado desconhecido até meados do século XIX.

Conhecer as especificidades do estado da gravidez representou, pois, um importante passo não só para a construção de conhecimento, como também para o fortalecimento da argumentação médica sobre assuntos como regularidade das consultas, idade adequada para engravidar e cuidados especiais, aspectos que são cada vez mais detalhados nos nossos dias. Esses conhecimentos foram, também, os principais instrumentos usados para marcar uma “nova” representação de mulher mãe e de seu envolvimento na gravidez, no parto e na criação dos(as) filhos(as). Assim, entendemos (junto com outras estudiosas feministas) que essas representações abriram espaços para, entre outras coisas, “fixar” a exclusividade da mãe não só no processo reprodutivo *stricto sensu* mas, também, em outras dimensões da reprodução social da vida humana, tal como a educação, o cuidado e a criação dos(as) filhos(as) (Cf. FORNA, 1999; MEYER, 2000; KLEIN, 2003; VOSNE MARTINS, 2004).

Nesse movimento, o processo de gestação que era, em outros tempos, um tema da esfera particular, expande-se e passa a interessar, crescentemente, ao amplo grupo social, e não mais apenas ao grupo familiar/cônjuges. Destacamos, aí, a emergência de uma nova experiência de condução e implementação da gravidez, ligada agora à idéia de cuidar de si. Cuidar de si implica “afinar a escuta em relação ao corpo próprio” (SANT’ ANNA, 1995, p. 123), uma escuta que deve ser capaz de captar as questões mais íntimas à funcionalidade do corpo em diferentes etapas da

gravidez, sem descuidar da beleza e da sensualidade, deixando, com isso, as mulheres muito mais ligadas às amarras biológicas. Percebe-se, pois, com essa discussão, que em determinados momentos históricos, as mulheres foram (são) protegidas ou excluídas de certas práticas de cuidados corporais e formas de cuidar-se para serem submetidas (e submeterem-se) a elas em outros.

Essas considerações nos permitem argumentar que a educação dos corpos grávidos é histórica e inconclusa e, também, nos instigaram a compreender como um artefato específico da mídia brasileira, a *Pais & Filhos*,<sup>2</sup> contribuiu para a reprodução e veiculação de discursos implicados com a politização de corpos grávidos, na contemporaneidade. Tal discussão foi feita, tomando como referência algumas perguntas iniciais: como se define e se posiciona o corpo grávido no contexto da revista *Pais & Filhos*? O que se ensina? Sobre o quê? Em que circunstâncias? Para respondê-las, examinamos 674 exemplares da revista, publicados no período de 1968 a 2005, apoiando-nos na perspectiva dos Estudos de Gênero e dos Estudos Culturais que se aproximam das teorizações pós-estruturalistas e utilizando, como estratégia metodológica, a análise de discurso foucaultiana.

Este artigo sintetiza uma parte dessa investigação e, nele, procuramos mostrar que esses processos educativos se constroem e se modificam ao longo da história, no âmbito das relações sociais e são, portanto, sensíveis a relações de poder que produzem práticas corporais e identidades maternas diferenciadas, algumas das quais descrevemos e analisamos a seguir.

### **Corpos de mulher e corpos grávidos: distinções e articulações**

Folheando a *Pais & Filhos*, logo nos convencemos de que ela convoca, em particular, as mulheres, para a tarefa de cuidar de si, do que elas têm de mais íntimo e pessoal: o seu corpo, a sua sexualidade e a sua funcionalidade. Amplia-se a idéia de que o sujeito é responsável por sua vida e por seu nível de saúde. Como explica Foucault (2004), o cuidado de si implica tanto o “conhece-te a ti mesmo” quanto o “busque as diferentes formas para governar-te”. Assim, observamos que a revista participa, junto com outras instituições e movimentos, da difusão da idéia do *dever-prazer* de cuidar de si. Para Foucault, o cuidado de si, os deveres dos indivíduos para consigo mesmos, a partir das sociedades modernas, foram invocados de modo tão intenso, que estes “nunca se esforçaram tanto no aperfeiçoamento funcional dos seus corpos” (FOUCAULT, 2004, p. 188). O cuidado de si, para Foucault, abrangeria:

<sup>2</sup> A *Pais & Filhos* foi publicada pela Editora Bloch; atualmente, é a Manchete que a edita. A escolha por essa revista deve-se, primeiramente, ao fato de ela ser uma publicação midiática de ampla circulação no Brasil, reconhecidamente privilegiada por seu tempo de permanência no mercado frente a outras publicações destinadas ao mesmo segmento. Ela surgiu em setembro de 1968 e mantém-se até hoje no mercado brasileiro sendo, portanto, a mais antiga nesse gênero.

aquelas técnicas que permitem aos indivíduos efetuarem um certo número de operações em seus próprios corpos, em suas almas, em seus pensamentos, em suas condutas, e isso de um modo tal que os transforme a si mesmos, que os modifique, com o fim de alcançarem um certo estado de perfeição, ou de felicidade. (FOUCAULT, 2004, p. 135-36)

Analisando a *Pais & Filhos*, pode-se ver que seu projeto editorial opta por posicionar as gestantes de modo diferente das demais mulheres. As gestantes – apresentadas como mulheres que estão vivendo um período específico e diferenciado da vida – são muito mais desafiadas, no contexto da revista, a serem as prudentes administradoras da própria vida. Nesse sentido, a revista remete a uma série de questões sobre corpos e saúde: *como posso aperfeiçoar o funcionamento corporal? Qual é a dinâmica funcional da gravidez?*

É possível dizer, também, que a *Pais & Filhos* divide as funções reprodutivas das mulheres em duas fases: a primeira é a da preparação corporal mais direta da mulher para a concepção; a segunda é a do período da gestação propriamente dito, como se observa também nos excertos abaixo:

[...] Conheça a anatomia e fisiologia dos órgãos genitais, suas modificações durante a gravidez.

[...] domine o processo de fecundação e desenvolvimento do feto e da placenta.

[...] conheça tudo sobre o cuidado das mamas e sobre musculatura uterina (RODRIGUEZ, 1971, p. 9).

A revista posiciona as gestantes como mulheres que necessitam desenvolver competências específicas, segundo padrões definidos, para melhor conduzirem suas gestações e cumprirem com as “obrigações” relativas a essa condição. Há uma série de artigos descrevendo a anatomia do corpo grávido, sua fisiologia e respectivos mecanismos de transformação, bem como o desenvolvimento fetal. Pode-se dizer que a revista, ao veicular essa série de textos, define um ideal: o de que o corpo feminino é um corpo de ajuste flexível a condições mutantes, como as da gravidez e outras.

A *Pais & Filhos* insiste em afirmar que a gestante precisa aprender como funciona o seu corpo e conhecer os seus sinais e sintomas lançando mão de palavras e de conhecimento especializado, o que significa, no período inicial de sua publicação, utilizar o vocabulário do discurso médico. A didatização da anátomo-fisiologia da gravidez opera por uma série de práticas discursivas que, podemos dizer, são tão pedagógicas quanto políticas. Essas práticas são produzidas como jogos de verdades, jogos coercitivos que, sob a inspiração de Foucault (2004), podemos entender como formas de capturar as mulheres para um suposto ideal de condução e implementação da gravidez, educando-as como *gestantes*.

Um dos efeitos dessa estratégia de investimento sobre os corpos grávidos, veiculada pela revista, é a distinção e, ao mesmo tempo, a articulação de diferentes posições de sujeito, pois ser gestante e tornar-se mãe não é, nesse contexto, a mesma coisa que ser mulher. Foucault (1996) desafia-nos a olhar as “superfícies de emergência”, as condições em que a revista posiciona os sujeitos nas “ordens dos respectivos discursos”. Com essa perspectiva, é possível afirmar que a *Pais & Filhos* operacionaliza movimentos explícitos para posicionar as mulheres gestantes de modo diferente das demais mulheres, o que discutimos melhor a partir da descrição de uma das inúmeras imagens publicadas na revista.

Uma dessas imagens, entre várias outras, evidencia e destaca o corpo grávido, com o seguinte enunciado: *Grávida, cuide do seu corpo*. Braços e mãos demarcam os seios e a região pubiana, produzindo uma moldura de proteção e, ao mesmo tempo, ressaltam a barriga. A imagem do corpo em fundo escuro é cortada verticalmente pela luz, e, com essas estratégias, a gestante passa a ter sua significação corporificada: ela é (a portadora de) um útero.

Na imagem, seio, barriga, quadril e baixo-ventre são partes para onde nosso olhar é automaticamente direcionado. A posição dos braços e mãos da gestante, em torno da barriga, parece convidar o(a) leitor(a) a pensar, também, que não se trata mais de um corpo solitário, mas de um corpo que abriga a existência de outro ser humano, que transporta uma carga preciosa que precisa ser cuidada e protegida. A repetição insistente de imagens como esta sustenta o seguinte pressuposto: é o corpo da mãe que dá condições de proteção, alimento, tranquilidade e segurança, necessárias para que o feto/embrião se desenvolva bem. A gestante é apresentada como aquela que dispensa amor, proteção, amparo à barriga e, portanto, defesa e resguardo ao feto/embrião.

Estratégias como essa também permitem à *Pais & Filhos* colocar a relação mãe-filho(a) em primeiro plano, reforçando o pressuposto das ciências “psi” de que é no decorrer da gravidez que a vinculação, o apego mãe-filho(a) se estabelece. As gestantes são conclamadas a cumprir seu dever de procriar, cuidar da sobrevivência e amar, sem restrições, os(as) filhos(as). A posição da “mãe amorosa”, tão exaltada a partir do catolicismo e reiterada pelo romantismo (BADINTER, 1985), também é reforçada pela revista. Verifica-se que o amor é um exercício, uma prática construída no decorrer da gravidez; um amor que não nasce junto com os bebês, na hora do parto...

Outra estratégia, que também exalta as barrigas, demarcando-as como ambientes que abrigam uma “carga preciosa”, é a exposição reiterada e explícita das “barrigas de fora”; há em curso, hoje, um culto e uma glamourização das barrigas grávidas. Entendemos que essa forma de não mais se disfarçar esse tipo específico de barriga também funciona como estratégia de fortalecimento da idéia da mãe amorosa, ao revelar certo orgulho e/ou amor demasiado no ato de carregar o(a) filho(a).

Da mesma forma, pode-se dizer que o recurso técnico utilizado pela revista em imagens como a anterior, demarcando as mamas e não todo o tronco, a região genital e abdominal e não as pernas, retira essas partes do silêncio e convida o(a) leitor(a) a observar a especificidade de cada uma delas. O corpo grávido é fragmentado, raramente é apresentado por inteiro, e o olhar analítico prevalece sobre o sintético. Cada parte tem um valor e uma função: mamas e abdômen estão relacionados com a maternidade e exigem práticas específicas de cuidado. A estratégia é a de isolar os segmentos corporais para melhor demarcar a estrutura e a função de cada um deles. Trata-se da localização de cada parte, conhecimento e descoberta das leis que presidem combinações, numa avaliação sem descanso – uma maternidade intensiva. Cada parte tem aqui “uma função social muito precisa [...], as partes metaforizam o social e o social metaforiza as partes” (LE BRETON, 2006, p. 70).

A revista interpela a mulher gestante, colocando-a em uma posição de sujeito “aprendente” e, ao fazê-lo, demanda fortemente a aquisição de capacidades cognitivo-afetivas que possibilitem a absorção e implementação de informações corporais específicas. Ao centralizarem o foco nas regiões ligadas à reprodução, essas imagens representam o corpo materno como um “semicorpo”, reduzido àquilo que importa dele, ou seja, algumas de suas partes: aquelas que se localizam no espaço que vai das mamas ao baixo-ventre, que é destacado pela revista como área também de aconchego, como a região do corpo que *acalenta, esquenta, acarinha* a criança.

A *Pais & Filhos* fragmenta o corpo grávido sob uma lógica fria, dura e objetiva, para melhor mostrá-lo, ao mesmo tempo que o destaca como afetuoso, suave, emotivo, protetor do feto. De um modo particular, imagens como essa trazem à tona, também, aspectos emocionais na expressão do corpo acolhedor, em relação aos seios, ao colo e à pele, magnificamente ordenados pela mão afável da mãe. É para o corpo da mãe que a criança se volta para pedir ajuda e proteção, é ali que ela busca abrigo e segurança.

As imagens destacando as mamas das gestantes também funcionam na direção de enfatizar uma força vital ligada à dimensão da mãe nutriz, representada pelas muitas imagens de mulheres com seios grandes e generosos. Por exemplo, ao longo dos 37 anos de publicação da *Pais & Filhos*, pode-se acompanhar a acentuação de uma ampla iconografia, repleta de descrições dos seios e de técnicas para melhor preparar as mamas para a amamentação, que inclui desde *sutiãs específicos, cremes, óleos, dosagem diária de sol nos mamilos, dietas e massagens até exercícios específicos (ginástica)*, que demarcam e posicionam de modo diferente os seios das gestantes. A revista assume a responsabilidade de fornecer uma educação específica sobre as mamas, o que lhes confere, por meio das técnicas de preparo, a posição central que elas exercem na relação calorosa com a mãe. Para Yalom (1997, p. 131), os seios começaram a adquirir significado político a partir do século XVIII, e “não é muito forçado argumentar que foram as modernas democracias ocidentais que inventaram o seio politizado e a partir daí cada vez mais ampliaram esta experiência”.

O destaque dado às imagens de mamas grandes e generosas das gestantes, na *Pais & Filhos*, também pode ser visto como ressaltando uma força inerente a um corpo vital que contém as condições para dar à luz, gestar, nutrir e proteger os pequenos, e essa prática discursiva tem desdobramentos específicos. Por exemplo, o aleitamento materno, no contexto da *Pais & Filhos*, é assumido como um imperativo a ser exaltado, em detrimento do uso de leites industrializados, particularmente depois da década de 1970, integrando a revista a uma campanha orquestrada cuidadosamente a favor da amamentação. O leite materno ganha *status* de insubstituível, e a mãe, de provedora fundamental dos alimentos<sup>3</sup> do(a) filho(a).

Assim, a revista vai demarcando um movimento que reforça a noção de que a mãe e a mulher não convivem num mesmo corpo. O exercício da gravidez – gestar, parir, amamentar – exigiria cuidados intensivos e específicos, tanto que a revista produz incontáveis informações sobre esses cuidados e, dessa forma, amplia também as técnicas de observação e vigilância dos corpos grávidos. Por exemplo, o feto/embrião passou a ser mostrado na multiplicação de imagens da realidade interna, em seus menores detalhes, que vão desde as pinturas e desenhos dos atlas anatômicos até fotografias, filmes, raios-x, ecografias, tomografias, ressonâncias magnéticas, endoscopias. Até há pouco tempo, o que saía da barriga da mulher, no momento do parto, era enigma; hoje, o que sai da barriga da mulher está decididamente decifrado no processo da produção/explicação da vida. O crescente aprimoramento técnico da imagem intra-uterina, desde o início do século XX até os nossos dias, corresponde à sofisticação dos registros internos dos corpos, possibilitando uma colonização em profundidade do seu interior, o que Paul Virilio (1996) chama de *endocolonização*; um processo que mostra, de modo cada vez mais detalhado, a relação do corpo da mãe com o do feto/embrião.

Outra imagem interessante publicada na *Pais & Filhos* destaca de forma contundente as mudanças, em termos de nitidez e detalhamento do interior uterino, operadas pela tecnologia.

Essas imagens das ecografias e de outros exames não se apresentam mais apenas como recurso técnico de apreensão do desenvolvimento do feto. São recursos que também dão respostas às questões ligadas ao que Louro (2004) denomina de “códigos identitários”, por observarem feto-mãe, avaliá-los, medi-los e classificá-los, num trabalho incessante em que se reconhecem e se produzem divisões e distinções;

<sup>3</sup> Meyer examinou, em uma das suas pesquisas, o Programa Nacional de Incentivo ao Aleitamento Materno (PNIAM). Em tal pesquisa, a autora verificou a maneira pela qual determinadas identidades/posições de sujeito são produzidas a partir de verdades científicas, relacionadas à nutrição e à medicina, construídas em torno de uma prática unânime e insubstituível. Para Meyer, o imperativo do aleitamento destaca pouco as condições sociais, culturais e emocionais de grande parte das mulheres, que podem dificultar e/ou mesmo impedir a realização da amamentação. Para a autora, tal imperativo pode estar ligado ao pressuposto de que “quase todas as situações são contornáveis desde que haja empenho e vontade da mãe” (MEYER, 2004, p. 14). A autora destaca “a rede de regulação e controle que parece se fechar em torno desses corpos, constituindo a mulher que não amamenta como sujeito social desviante” (MEYER, 2004, p. 17).



um processo duplo que classifica mãe e feto, que inscreve marcas nos dois corpos: anormais/normais, saudáveis/doentes, perfeitos/imperfeitos.

Na imagem referida, o útero é apresentado como uma película úmida, brilhante, ensolarada, de um vermelho transparente como se fosse coberto de um verniz que o vitrifica, deixando-o sem poros, sem exsudação. Em imagens intra-uterinas como essa, uma luminosidade intensa destaca e detalha suas estruturas internas (paredes intra-uterinas, a circulação dos nutrientes) como modo de evocar a grandiosidade e a energia desse órgão. Uma idéia de profundidade é também mostrada e destacada pelo líquido amniótico, que projeta e embala o feto/embrião, e isso enfatiza o poder desse órgão, pois é ele que engendra, acolhe, carrega, suporta, nutre e protege o embrião/feto. Tais imagens ainda ajudam a produzir a idéia do útero como ambiente consolidando, dessa forma, a noção bastante contemporânea do útero como sendo o “ambiente-fetal”. Com relação a essa estratégia, Débora Lupton indica que um “ambiente fetal saudável” passa a ser concebido como um direito do feto, e a gestante que não oferece esse ambiente é vista como desviante, negligente ou, na pior das hipóteses, como criminosa em potencial, o que também é destacado por Aminatta Forna (1999).

Imagens intra-uterinas como essa são cada vez mais expostas em todos os espaços da revista. Para Wolf (1996, p. 74), tais imagens produzem vários efeitos, no campo político da maternidade, entre os quais destaca-se a interferência na própria idéia de quando começa a vida civil. A autora assinala que “as imagens da vida intra-uterina que destacam o feto/embrião passaram a influenciar de modo mais contundente a legislação a respeito de quando começa a vida e, portanto, de quando ela pode ser abortada”.

Dessa forma, as imagens intra-uterinas instituíram novos significados acerca da vida fetal: não mais “o feto como um ser separado da mãe, flutuando serenamente no líquido amniótico” (LUPTON, 1999, p. 4); ele passa a ser investido de uma identidade individual, separada da mãe, embora ao mesmo tempo dependente do conteúdo do corpo da mãe. O feto passa a ser visto não mais como experiência privada de emoções, de sensações sentidas e descritas pela mãe, mas como “feto-público”, objeto de mecanismos externos de investigação e de controle. Para a autora, as impressões e sensações das grávidas sobre suas experiências não mais representam a referência principal para os diagnósticos médicos sobre o bem-estar e o crescimento do feto; ao contrário, as tecnologias de imagens e os exames laboratoriais são hoje os principais recursos de conhecimento acerca do feto e são considerados conhecimentos “seguros e verdadeiros”.

Graças à ecografia 4D, o futuro bebê mostra quem é, em imagens de grande nitidez, até mesmo suas expressões faciais. (OLIVEIRA, 2000, p 72)

Essas imagens e enunciados propiciaram um reposicionamento do embrião/feto, um embrião e/ou *feto* *pessoa* que aparece como “pessoa plena de direitos”

(MEYER, 2004b). Há em curso uma “pessoalização”, cada vez mais precoce do embrião e/ou desse a quem se chama uma “pessoa em potencial”. A foto gravada da ultra-sonografia materializa essa pessoalização na medida em que possibilita aos futuros pais conhecerem e apresentarem a imagem não mais do feto, mas do “Pedrinho” ou da “Bia”, dentro da barriga da mãe. Essa estratégia reafirma o lugar da mãe cuidadosa, cujo papel já não é só o de possibilitar a procriação, mas também o de responsabilizar-se, amorosamente, pela vida que armazena. Destaca-se, pois, nessa modificação do estatuto do embrião, um reposicionamento importante das mulheres gestantes.

Esse novo posicionamento do feto implicou, como destaca Lupton, uma remoralização da gravidez. O corpo da mulher grávida, com isso, é compreendido como um corpo duplamente responsável por dois corpos. O feto/embrião no útero é tipicamente representado na cultura, na qual incluímos as páginas da revista, como “frágil, altamente vulnerável, e seu desenvolvimento como algo suscetível a uma grande variedade de ameaças da mãe” (LUPTON, 1999, p. 5). Pode-se dizer que hoje a responsabilidade das gestantes é potencializada também pelo argumento do *fetocídio*. A autora destaca ainda, que, quanto mais os valores individuais progridem, mais se consolida o sentimento dos deveres para com os(as) filhos(as). Para ela, nenhuma outra forma de obrigação moral, como a das gestantes para com o feto, desfruta de tão amplo reconhecimento social. Assim, argumenta ela, se, de um lado, a pós-modernidade enfraquece os deveres em seu conjunto, de outro, amplia o espírito de responsabilidade em relação a filhos(as). A lista de críticas e deveres das mães é cada vez mais longa. Os “deveres das mães superam os do filho” (FORNA, 1999, p. 192), realidade que se torna mais destacada no contexto da *Pais & Filhos* a partir da década de 1990. Para Forna (1999, p. 192), a violência contra o feto/embrião no ventre materno “passou a ser um dos delitos mais graves, mais intoleráveis na opinião pública” dos Estados Unidos, o que estabeleceu uma punição legal aos eventuais agentes desse delito, nomeado de *fetocídio*.

No atual contexto histórico, confere-se ao feto<sup>4</sup> um conjunto de direitos distintos daqueles da mulher em cujo corpo ele está se desenvolvendo, um processo que pode instituir conflitos entre os interesses da mulher e os do feto; o que significa considerar que direitos e liberdades civis de uma e outro não são, sempre e necessariamente, os mesmos e podem entrar em confronto (MEYER, 2004b).

A veiculação das imagens intra-uterinas e dos exames, na *Pais & Filhos*, de um modo particular, dá forma concreta à idéia de que é o corpo da mãe que deve atender às necessidades específicas das crianças. É interessante observar que essas imagens tridimensionais, completas e detalhadas anatomicamente, com atenção especial ao corpo do feto/embrião no útero materno, fazem também um convite permanente a pais e mães a sonharem com determinados modos de conduzir e viver a gravidez e com determinados biótipos físicos – o(a) do filho(a) perfeito(a). As fronteiras da visualização atingem, hoje, até o detalhamento genotípico dos corpos ain-

da no útero materno, e quase tudo que tem conotação de inferioridade e deformidade desaparece das descrições da revista por meio de linguagem técnica, neutra e objetiva.

Assim, estar grávida e ser mãe parece ocupar uma posição de prestígio dentro do contexto da revista. O que nos possibilita perguntar, entre outras coisas: onde fica o corpo paterno? Para Badinter (2003, p. 14), “as tecnologias das imagens a partir da modernidade minimizam cada vez mais a participação masculina” no processo de gestação. As imagens sobre tal processo, em franca expansão na *Pais & Filhos*, fornecem, então, um modo particular de explicar diferenças e posições sociais: o corpo materno no centro do processo reprodutivo; o corpo paterno quase excluído do processo de implementação e de condução da gravidez – tanto que essa exclusão parece espalhar-se também para outras dimensões da reprodução social da vida humana, tal como a educação, o cuidado e a criação dos/as filhos/as com a criação deles(as).

Localiza-se, pois, na revista, uma representação de maternidade em que as mulheres devem assumir, de forma concreta, o processo biológico da gestação e do parto, como também os cuidados posteriores que os(as) filhos(as) requerem, por um período mais ou menos longo da sua existência, ou seja, a chamada maternagem. Badinter (1985) refere-se ao uso ambíguo do conceito de maternidade na cultura. A maternidade remete, ao mesmo tempo, para um estado momentâneo de gravidez e para uma ação de longo prazo: a maternagem, para educação dos futuros adultos.

As mulheres são instigadas pela revista a um constante exercício de autodomínio, de vigilância de si (elas têm quase o dever de cuidar de si) e de desenvolvimento das competências necessárias para cuidar, de formas muito bem determinadas, dos seus próprios corpos e dos de outros. É o modelo da mãe cuidadosa – que *cuida* e se *cuida*, de forma carinhosa e preparada – que triunfa e, ao mesmo tempo, se populariza na revista. Nós argumentamos que tais cuidados estão implicados com a “invenção do corpo grávido” e com um movimento contemporâneo, mais amplo, que chamamos de *nova* politização da maternidade; nova, como afirma uma de nós, “[...] não no sentido de inovadora, mas no sentido de uma atualização, exacerbação, complexificação e multiplicação de investimentos educativo-assistenciais” que incidem sobre os corpos das mulheres e sobre o exercício da maternidade (MEYER, 2003, p. 47).

Como nos ensina Foucault (1999), cada época diz o que pode dizer em razão de suas condições de enunciação e de seus campos de visibilidade. Nesse sentido, o que procuramos fazer aqui foi mostrar dimensões de um movimento de significação muito mais amplo, no interior do qual uma multiplicidade de discursos, enunciados

<sup>4</sup> O ECA – Estatuto da Criança e Adolescente, nos artigos 3 e 4, outorga à criança (já na vida intra-uterina) o direito ao desenvolvimento físico, mental, espiritual e social, em condições de liberdade e dignidade, colocando como dever da família e da comunidade assegurar esses direitos.

e imagens produzem as condições que estão na base dessa politização contemporânea do feminino e da maternidade.

*Abstract: This article is part of a research based on the fields of Gender Studies and Cultural Studies that approximate to post-structuralist theories of Michel Foucault. The research problematized some of the ways in which different discourses, from medicine to physical education, have invested on the woman body to educate it as a pregnant body. We have examined issues of Pais & Filhos magazine, from 1968 to 2004, using methodological strategies of discourse analysis. From the resulting analyses, we have focused on a movement that allows for visualizing the emergence of a logic according to which education of pregnant bodies is intensified to produce different positions of subject: an affective, caring mother (one who takes care both of herself and of her child); a sheltering and protective mother; a nurturing mother, responsible for the production of a perfect child. We have argued that this educative process may be understood as an important dimension of a more comprehensive contemporary process that we have defined as "politicization of the feminine and the motherhood".*

*Keywords: body; gender; body practices; motherhood; media.*

## Referências

BADINTER, Elisabeth. *Hombres/Mujeres: como salir del camino equivocado*. Buenos Aires: Fondo de Cultura Económica, 2003.

\_\_\_\_\_. *Um amor conquistado: o mito do amor materno*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1985.

FORNA, Aminatta. *Mãe de todos os mitos: como a sociedade modela e reprime as mães*. Rio de Janeiro: Ediouro, 1999.

FOUCAULT, Michel. A ética do cuidado de si como prática da liberdade. In: \_\_\_\_\_. *Ética, sexualidade, política: ditos e escritos*. Rio de Janeiro: Forense: 2004. (Universitária, v. 5)

---

76 Niterói, v. 7, n. 2, p. 65-79, 1. sem. 2007

\_\_\_\_\_. *Em defesa da sociedade: cursos do College de France (1975-1976)*. São Paulo: Martins Fontes, 1999.

\_\_\_\_\_. *Vigiar e punir: nascimento da prisão*. Petrópolis: Vozes, 1979.

MEYER, Dagmar. A politização contemporânea da modernidade. *Gênero*, Niterói, v. 6, n. 1, 2006.

\_\_\_\_\_. As mamas como constituintes da maternidade: uma história do passado? *Educação e Realidade*, Porto Alegre, v. 25, n. 2, jul./dez. 2000.

\_\_\_\_\_. Direitos reprodutivos e educação para o exercício da cidadania reprodutiva: perspectivas e desafios. In: FONSECA, Claudia; TERTO, Veriano; ALVES, Calef (Org.). *Antropologia, diversidade e direitos humanos: diálogos interdisciplinares*. Porto Alegre: UFRGS, 2004.

\_\_\_\_\_. Gênero e Educação: teoria e política. In: LOURO, Guacira; NECKEL, Jane Felipe; GOELLNER, Silvana Vilodre (Org.). *Corpo, gênero e sexualidade: um debate contemporâneo na Educação*. Petrópolis: Vozes, 2003.

KLEIN, Carin. "... Um cartão [que] mudou nossa vida?": maternidades veiculadas e instituídas pelo Programa Nacional Bolsa-Escola, 2003. Dissertação (Mestrado em Educação)-Faculdade de Educação, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2003.

MARTINS, Ana Paula Vosne. *Visões do feminino: a medicina da mulher nos séculos XIX*. Rio de Janeiro: Fiocruz, 2004.

LOURO, Guacira L. *Um corpo estranho: ensaios sobre sexualidade e teoria queer*. Belo Horizonte: Autêntica, 2004.

LE BRETON, David. *A sociologia do corpo*. Trad. Sonia Fuhrmann. Petrópolis: Vozes, 2006.

LUPTON, Deborah. Risk and the ontology program. In: LUPTON, D. *Risk and sociocultural theory: new directions and perspectives*. Cambridge: University Press, 1999.

SANT'ANNA, Denise B. *Políticas do corpo, elementos para uma história das práticas corporais*. São Paulo: Estação Liberdade, 1995.

SCHWENGBER, Maria Simone Vione. *Donas de si?: a educação de corpos grávidos no contexto da Pais & Filhos*. Tese (Doutorado em Educação)-Faculdade de Educação, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2006.

VIRILIO, Paul. Os motores da história. In: ARAUJO, Hermes Reis (Org.). *Tecnociência e cultura: ensaios sobre o tempo presente*. São Paulo: Estação Liberdade, 1998.

YALOM, Marilyn. *A história do seio*. Lisboa: Teorema, 1997.

## Referências dos Excertos

RODRIGUEZ, Jorge. O que a medicina pode fazer pelas mulheres. *Pais & Filhos*, São Paulo, n. 39, (capa), dez. 1971.

PAIS & FILHOS. São Paulo: Bloch e Manchete, anos 1-37. (Coleção). Disponível em: <<http://www.revistapaisefilhos.terra.com.br>>. Acessos em 2003; 2004; 2005; 2006.

